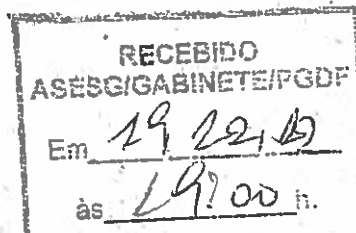


Novo

Edvaldo

Folha nº

Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios  
Setima Vara da Fazenda Publica do Distrito Federal  
Fórum Des. Joaquim de Sousa Neto, Setor de Administração Municipal (sam), Lote M, 4º Andar,  
Ala Leste, Telefone: 0, Fax: 31030358, Cep: 70620000, Brasília-DF



URGENTE

De ordem, à PROCAD, para providências.  
Brasília, 19/12/10  
às 19h 00min.  
Aroldo Velozo de C. Junior  
Chefe da Assessoria  
Gabinete/PGDF

Responsável pela tramitação  
Rubrica

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DF**

O Doutor JOSÉ EUSTÁQUIO DE CASTRO TEIXEIRA  
Juiz de Direito  
na forma da lei etc.

MANDA ao Oficial de Justiça deste Juízo, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, indo devidamente assinado, extraído dos autos da Ação **ACAO SOB RITO ORDINARIO**, processo nº. 2012.01.1.195297-2

Proposta por: **VIACAO CIDADE BRASILIA LTDA**  
Contra: **DF DISTRITO FEDERAL** no(a) SAIN, BLOCO I, ED. SEDE DA  
PRÓCURADORIA GERAL DO DF, BRASÍLIA/DF.

**CITE o RÉU**, na pessoa do Procurador-Geral, por todo o conteúdo do presente e da peça anexa, devidamente autenticada, que servirá de contrafé e **INTIME-O** do teor do(a) despacho/decisão abaixo transcrito(a):

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA** Na Ação Ordinária promovida pela Viação Cidade Brasília Ltda contra o Distrito Federal, após emendada a inicial, pleiteia e insiste - em sede de liminar antecipatória da tutela final - na sua habilitação e manutenção nas fases seguintes da Concorrência nº 01/2011-ST, na modalidade Isolada/Individual, especialmente para o Lote nº 03, porquanto, mesmo com a retificação do número de passageiros/mês, na média do período de fevereiro de 2011 a julho de 2011, de 1.793.500 (um milhão, setecentos e noventa e três mil e quinhentos) para 1.421.988 (um milhão, quatrocentos e vinte e um mil e novecentos e oitenta e oito), o somatório do números de ônibus e de passageiros transportados também pela Viação Satélite Ltda, do grupo da autora, suplantaria, de muito, o percentual mínimo exigido pelo Edital, tanto no quesito do total de número de veículos, quanto ao da média mensal de passageiros transportados. Demais, pleiteia, no caso de indeferimento do pedido anterior, a abertura de oportunidade de concorrer na modalidade de Consórcio, pois, com a retificação tardia e de exclusiva responsabilidade do réu, e para menor, dos números médios de passageiros transportados por ela no período de fevereiro a julho de 2011, de cerca de 1.800.000 para cerca de 1.400.000, restou por inviabilizar a sua participação no Certame como um todo, porquanto, com a totalização anterior concorria com folga numérica na categoria Isolada/Individual, e, após a retificação, passou a não atingir o percentual mínimo, e só por esse fato foi desclassificada, quando já não se lhe era possível consorciar-se com outra empresa, restando, assim, de modo ilegal, como afirma, aliada de toda a Concorrência. Decido. Quanto ao primeiro pedido,



Remetido em

*Michael*

**Poder Judiciário da União**  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**

Sedex Varsa da Fazenda Pública do Distrito Federal  
 Fórum Des. Joaquim de Sousa Neto, Setor de Administração Municipal (sam), Lote M, 4º andar,  
 Ala Leste, Telefone: 0, Fax: 31030358, Cep: 70620000, Brasília-DF



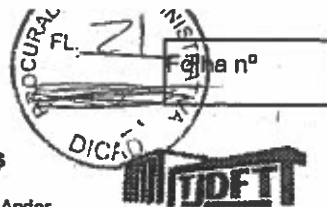
Folha nº

indefiro a liminar visando a continuidade da participação da autora na Concorrência nº 01/2011-ST, na modalidade Isolada/Individual, haja vista prova documental aceita por ela mesma como incontroversa, referente ao número médio de passageiros transportados no período de fevereiro a julho de 2011, pela autora - 1.421.988 - inferior a todos os números mínimos de passageiros exigidos pelo Anexo II, do Edital, para se concorrer nos lotes nºs 01, 03 e 04, da Licitação em tela. Demais, não pode agora, a autora, pretender somar número de ônibus e de passageiros transportados por outra empresa, mesmo do seu grupo econômico, para atingir aquela meta mínima. Dessê modo, não tem a autora qualquer direito de concorrer de modo individual quando não atinge, também de forma individual, o número mínimo de veículos e de passageiros transportados, como determina o Edital, vedada, nesta modalidade Isolada, a associação em consórcio, friso e repito, por expressa proibição editalícia contida nos itens 16.1 a 16.1.2 e suas alíneas. Por outro lado, fumaça de bom direito - ao menos para mim - vislumbro no conteúdo do segundo pleito formulado pela autora. Com efeito, pleiteia a abertura de oportunidade de concorrer na modalidade de Consórcio, pois, com a reificação tardia e de exclusiva responsabilidade do réu, e para menor, dos números médios de passageiros transportados por ela no período de fevereiro a julho de 2011, de cerca de 1.800.000 para cerca de 1.400.000, restou por inviabilizar a sua participação no Certame como um todo, porquanto, com a totalização anterior concorria com folga numérica na categoria Isolada/Individual, e, após a reificação, passou a não atingir o percentual mínimo, e só por esse fato foi desclassificada, quando já não se lhe era possível consorciar-se com outra empresa, restando, assim, de modo ilegal, como afirma, aliada de toda a Concorrência. De início, trago à colação os termos dos fundamentos apresentados pela Comissão Licitante para inabilitar a autora: " Em razão da reificação dos dados do atestado da Viagem Cidade Brasília Ltda., observa-se que o atestado da referida licitante não atinge o número mínimo de passageiros transportados exigidos pelo item 21.4.1.1.2 do Edital para atestar a capacidade técnica da empresa. Sustenta a licitante Viagem Cidade Brasília Ltda., em suas contrarrazões, que, se comprovado que houve erro nas informações contidas no atestado, indicando número de passageiros a maior, a empresa não poderia ser inabilitada em razão de ter sido induzida a erro e que, caso subesse que os dados não estavam corretos, teria concorrido ao certame por meio de Consórcio, a fim de cumprir com as exigências do atestado de capacidade técnica. No entanto, as licitantes devem obter conhecimento de suas condições e esperar-se que, no mínimo, as empresas sejam conhecedoras do seu nível de operação, devendo, portanto, atentar-se para os dados apresentados em seu atestado e a imediata averiguação com sua realidade operacional. Entende-se que a licitante ao constatar erros graves no atestado, que não informavam a verdadeira quantidade de passageiros transportados no período e sabendo que esta era uma condição essencial para a sua habilitação, já deveria ter tomado as devidas providências no sentido de buscar alternativas para concorrer e atender aos requisitos do instrumento convocatório. Porém, ao verificar a existência de discrepâncias e ainda assim ter concorrido com atestado constando informações irregulares, considerando que a Comissão poderia realizar diligências e constatar tal erro, considera-se que este foi um risco que a licitante optou por correr. Ainda que se admitisse que a empresa não tivesse lido o devido e esperado conhecimento de sua operação, e que agiu de boa fé, verifica-se uma situação em que

Remetido em



Poder Judiciário da União  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**  
Setima Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal  
Fórum Des. Joaquim de Sousa Neto, Setor de Administração Municipal (sam), Lote M, 4º Andar,  
Ala Leste, Telefone: 0, Fax: 31030358, Cep: 70620000, Brasília-DF



é necessário equilibrar dois bens jurídicos. De um lado, teríamos a empresa que perdeu uma oportunidade, tendo em vista que poderia optar por concorrer se consorciando a outra empresa; e por outro a Administração Pública, que optou por critérios objetivos e determinadas exigências com o intuito de garantir a contratação da empresa melhor preparada para executar o serviço essencial de transporte público. No presente caso, verificou-se que a Recorrente não possui os índices mínimos referente à qualificação técnica exigidos no Edital. E mesmo que a licitante tenha agido de boa-fé, nesse contexto, a ponderação entre os interesses da Recorrente de não ser inabilitada na presente Concorrência e a legítima exigência da Administração Pública de que as licitantes atendam aos requisitos mínimos que efetivamente comprovem sua capacidade técnica, deve prevalecer esse último, fundado no interesse público, nos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório. Mormente porque, no caso em apreço, inclusive, a licitante não perderá uma oportunidade, pois poderá participar novamente da licitação, quando de sua reabertura, nos lotes que restarão desertos pela inabilitação de todos os licitantes, nos termos da presente decisão. Desta forma, a Comissão Especial de Licitação entende que o atestado apresentado pela Viação Cidade Brasília Ltda. não atende as exigências contidas no item 21.4.1.1.2 do Edital, razão pela qual decide inabilitar a licitante Viação Cidade Brasília Ltda." Ora, da simples leitura e interpretação literal dos fundamentos utilizados acima para inabilitar a autora, cito alguns: "Sustenta a licitante Viação Cidade Brasília Ltda., em suas contrarrazões, que, se comprovado que houve erro nas informações contidas no atestado, indicando número de passageiros a maior, a empresa não poderia ser inabilitada em razão de ter sido induzida a erro e que, caso soubesse que os dados não estavam corretos, teria concorrido ao certame por meio de Consórcio, a fim de cumprir com as exigências do atestado de capacidade técnica." E aí vem a uma das fundamentações: "..... Entende-se que a licitante ao constatar erros graves no atestado, que não informavam a verdadeira quantidade de passageiros transportados no período e sabendo que esta era uma condição essencial para a sua habilitação, já deveria ter tomado as devidas providências no sentido de buscar alternativas para concorrer e atender aos requisitos do instrumento convocatório. Porém, ao verificar a existência de discrepâncias e ainda assim ter concorrido com atestado constando informações irregulares, considerando que a Comissão poderia realizar diligências e constatar tal erro, considera-se que este foi um risco que a licitante optou por correr." Prosseguindo, quanto à alegada boa-fé por parte da autora, assim decide a Comissão: " Ainda que se admitisse que a empresa não tivesse tido o devido e esperado conhecimento de sua operação, e que agiu de boa fé, verifica-se uma situação em que é necessário equilibrar dois bens jurídicos. De um lado, teríamos a empresa que perdeu uma oportunidade, tendo em vista que poderia optar por concorrer se consorciando a outra empresa; e por outro a Administração Pública, que optou por critérios objetivos e determinadas exigências com o intuito de garantir a contratação da empresa melhor preparada para executar o serviço essencial de transporte público. No presente caso, verificou-se que a Recorrente não possui os índices mínimos referente à qualificação técnica exigidos no Edital. E mesmo que a licitante tenha agido de boa-fé, nesse contexto, a ponderação entre os interesses da Recorrente de não ser inabilitada na presente Concorrência e a legítima exigência da Administração Pública de que as licitantes atendam aos requisitos mínimos que



Remetido em 1/1/

*Michael*



efetivamente comprovem sua capacidade técnica, deve prevalecer esse último, fundado no interesse público, nos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório. (...) "E agora, por fim, o "direito de consolidação" ofertado pela própria Comissão Julgadora à autora: "... Mormente porque, no caso em apreço, inclusive, a licitante não perderá uma oportunidade, pois poderá participar novamente da licitação, quando de sua reabertura da licitação, nos lotes que restarão desertos, nos termos da presente decisão. Desta forma, a Comissão Especial de Licitação entende que o atestado apresentado pela Viação Cidade Brasília Ltda. não atende as exigências contidas no item 21.4.1.1.2 do Edital, razão pela qual decide inabilitar a licitante Viação Cidade Brasília Ltda." Vou a alguns dos vícios Constitucionais insanáveis contidos na decisão acima dessecada. Em 05 de setembro de 2012, a Secretaria de Transportes do réu, emitiu Atestado de Capacidade Técnica à autora, certificando como número médio de passageiros transportados no período de fevereiro a julho de 2011, na ordem de 18.000.000. Já em 14 de novembro de 2012, emitiu outro, agora na ordem de 1.400.000 passageiros. Afirma a Comissão Julgadora tratar-se de erro material, rechaçando a boa-fé da autora, ao lhe determinar a obrigatoriedade de tomar a iniciativa, ela própria, de se insurgir contra os números discrepantes, fornecidos exclusivamente pelo réu, unicamente com base nos dados em poder do mesmo réu, o Distrito Federal. Não é assim. Não se pode agir assim! Na verdade, a presunção de fé pública do ato administrativo não se encerra em si mesma, mas, ao contrário, só se afirma no mundo jurídico quando exauridos seus mandamentos meramente normativos ou de execução plena. Assim, neste aspecto, o erro material se consumou e o consórcio - sendo de nenhuma relevância para a legalidade do ato administrativo, o seu real interesse subjetivo de se o fazer, ou não! Constatado o erro dito material, só restava à Comissão Julgadora, constatado como se constatou o prejuízo, ao menos em tese para a autora, acolher os termos do seu recurso e lhe oportunizar a habilitação pelo modelo de consórcio, sendo esta, na circunstância, a única maneira de se agir com observância ao Princípio Constitucional da Impessoalidade no trato do administrador com terceiros. E para, então, verificar o preenchimento ou não das exigências legais e editalícias para a nova modalidade, mas não como se fez, de modo acodado e ilegal, inclusive impingindo à autora obrigações de retificar dados fornecidos pelo réu, no ato de convalidar vício administrativo já elivado de nulidade. Mas a ilegalidade não para por aí, pois, mesmo admitindo a boa-fé da autora, sacramentalmente, não se pode a licitante ter agido de boa-fé, nesse contexto, a ponderação entre os interesses da Recorrente de não ser inabilitada na presente Concorrência e a legítima exigência da Administração Pública de que as licitantes atendam aos requisitos mínimos que efetivamente comprovem sua capacidade técnica, deve prevalecer esse último, fundado no interesse público, nos princípios da





Poder Judiciário da União  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**  
Setima Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal  
Fórum Des. Joaquim de Sousa Neto, Setor de Administração Municipal (sam), Lote M, 4º Andar,  
Ala Leste, Telefone: 0, Fax: 31030358, Cep: 70620000, Brasília-DF




Folha nº



legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório" Mas qual é esse "interesse público" de relevância, a prevalecer sobre a legalidade da boa-fé presumida do direito da autora admitida pelo próprio réu, mas sopesado pela não observância do Princípio da Impessoalidade? Nenhum. Absolutamente nenhum! Aliás, muito ao contrário disso, o interesse público exige dos seus agentes lisura no trato da coisa pública, e os empresários e os objetos de licitações também se inserem nesse contexto, em sentido lato. Todos em igualdade de condições são iguais na capacidade de concorrer. Este é o espírito da Lei da Concorrência! E ele não está sendo observado aqui, ao menos para mim! Neste diapasão, ainda vem a sentença administrativa de consolação: "Mormente porque, no caso em apreço, inclusive, a licitante não perderá uma oportunidade, pois poderá participar novamente da licitação, quando de sua reabertura, nos lotes que restarão desertos pela inabilitação de todos os licitantes, nos termos da presente decisão." Aonde fica o Princípio da Moralidade Administrativa, diante desse absurdo arremedo de fundamento de uma decisão de interesse vital para a autora? Não. Não será um dia assim, nem deveria ser assim, mas está sendo assim! Ato administrativo como esse, - a Licitação - de relevância para o Governo local, e muito mais ainda para a sofrida população usuária de transporte público, deve ser ultimado com toda a cautela devida, e por servidores destituídos de quaisquer espíritos subjetivos de julgador açodado e presunçoso, sempre ávidos para alcançar o objetivo final da empreitada, mas descuidados da observância Constitucional do processo e do procedimento, única forma de legitimar os vencedores e consolar os vencidos. Aqui a fumaça do bom direito a determinar a antecipação de um dos efeitos da sentença final, e o perigo da mora se mostra claro na iminência da autora sofrer o dano irreparável de ser excluída do processo licitatório, a qualquer momento. Diante do exposto, DEFIRO A LIMINAR, para determinar ao Distrito Federal, a designação de data, não inferior a 05 (cinco) dias, contados da ciência desta decisão, através do Diário da Justiça, também pela autora, para oportunizar a esta, a autora, apresentar a documentação visando a sua habilitação na Concorrência nº 01/2011-ST, na modalidade de consórcio, dos lotes 01, 03 e 04, ficando suspensa a tramitação do processo licitatório desses itens, até o julgamento da habilitação da autora, acaso ofertada no prazo determinado. I. Brasília - DF, terça-feira, 18/12/2012 às 18h02. JOSÉ EUSTÁQUIO DE CASTRO TEIXEIRA Juiz de Direito .

O prazo para contestação será de **60 (sessenta) dias**. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos alegados pelo(a)s autor(a)(es).

Brasília/DF, em 19 de dezembro de 2012 às 15h30. Eu, Bel MICHAEL AFONSO DE REZENDE XAVIER, Diretor de Secretaria, assino por determinação do MM. Juiz.

  
MICHAEL AFONSO DE REZENDE XAVIER  
Diretor de Secretaria

Processo nº: 2012.01.1.195297-2



Remetido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

